LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL¹

DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO²

1. O tema da legitimidade e a Constituição — 2. Breves notas sobre a evolução da tipologia constitucional — 3. A carta política brasileira de 1988 como último modelo extremado de texto analítico dirigente — 4. FLeXibilidade e adaptabilidade programáticas, como pressupostos da estabilidade constitucional — 5. Esboço de uma simples tipologia das reformas constitucionais — 6. Porque aperfeiçoar os mecanismos existentes da emenda e da mutação jurisprudencial e institucionalizar uma revisão periódica — 7. Como institucionalizar a revisão periódica — 8. Conclusão: A legitimação permanente

1. O tema da legitimidade e a Constituição

As profundas mudanças na sociedade, no Estado e no Direito, que vêm sendo introduzidas desde as últimas décadas do século vinte, como não poderia deixar de ocorrer, também afetam o Direito Constitucional, tornando-o mais responsivo a uma cidadania mais esclarecida e demandante, notadamente quanto às *exigências de legitimidade*, que se tornaram cada vez mais importantes no processo de democratização substantiva, extraordinariamente acelerado pela explosão das comunicações, principalmente nos campos da informática e da teleinformática.

O conceito tradicional de *legitimidade* estava conexo ao justo título (*ex parte tituli*) de *detenção* do poder político, por uma organização ou pessoa. Tinha, então, um mero sentido instrumental, de *legitimidade formal*, de modo que o seu controle se ajustava perfeitamente a uma idéia de legalidade estrita, ou seja, de conformidade extrínseca da investidura à norma legal positivada.

1 Intervenção no *Crise de legitimidade da Constituição — Perspectivas da via da reforma da Lei Maior*, no IV Congresso Brasiliense de Direito Constitucional, sob o tema geral *Crise da Constituição*, em Brasília, DF, em 6 de dezembro de 2001.

2 Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Professor Titular da Universidade Candido Mendes, Presidente do Instituto Atlântico e Membro da Academia Internacional de Direito e Economia.

No conceito contemporâneo, distintamente, passou a predominar o sentido substantivo, de *legitimidade material*, vinculado à *idéia do exercício democrático do poder*, vale dizer, considerado em relação a uma *finalidade (ex parte finis)*, que é aquela consensualmente aceita ou para justificar ou o *endereço finalístico* do poder político (legitimidade teleológica) ou o seu adequado *exercício* (legitimidade corrente).

Essas novas exigências substantivas são, contudo, bastante diversificadas, pois não só expõem os variados *valores vigentes em cada País*, que se expressam em suas respectivas Constituições, como e principalmente, os *valores fundamentais*, imanes ao homem, que devem ser nelas reconhecidos e efetivamente garantidos independentemente de fronteiras.

Também entre essas novas e ingentes exigências da democracia substantiva a serem atendidas pelas Cartas políticas, passou-se a delas demandar não apenas uma *declaração de intenções*, mas a garantia da *efetividade* de suas normas, para o quê, tornou-se necessário institucionalizar cuidadosamente algum tipo de *processo de atualização* que permitisse a realização de uma constante seleção e filtragem de interesses, aspirações e, sobretudo, de valores, de modo a ser possível que espelhassem com fidelidade o que delas desejam os povos que devem ser por elas regidos.

Voltada, assim, aos fins pretendidos pelas sociedades, que é o sentido em que é aqui tomada, a *legitimidade* está referida a *valores* — os valores democráticos da *escolha* e do *consenso* — o que, erigida a *atributo constitucional*, se constitui em um dos mais instigantes temas juspublicistas contemporâneos.³

O problema da *legitimidade* das Cartas Políticas inexistia, portanto, no constitucionalismo clássico, uma vez que, no contexto do *Estado de Direito*, a vontade geral rousseauiana, então considerada como suficientemente legitimatória das leis, já estaria *presumidamente* contida na Constituição, tivesse resultado da captação da expressão da vontade de muitos — Cartas *votadas* — ou da de poucos ou, até mesmo, a de uma só pessoa — Cartas *outorgadas* — pois, em qualquer dos casos, resultariam sempre de uma manifestação absolutamente *soberana e incontestável*.

Com o advento do *Estado Democrático de Direito* o conceito de vontade geral perdeu expressão, pois não mais se reconhece às maiorias o monopólio do *poder político*, já que há necessidade de respeitar *direitos fundamentais*, que são aqueles a todos reconhecidos, inclusive às minorias, que limitam o poder, de modo que não mais é possível conceber uma Constituição como uma manifestação absolutamente *soberana e incontestável*.

3 " *Legittimità, legalità, legittimazione. Tre termini diversi che si riferiscono a tre aspetti diversi di un unico fenomeno, la struttura e l'organizzazione del potere e del consenso. La nozione centrale è senza dubbio quella di legittimità in quanto implica le valutazioni e le scelte: ed è perciò essenziale non confonderla, più o meno consapevolmente, con le altre due, perché la conseguenza di tale confusione è inevitabilmente la giustificazione di qualsiasi potere di fatto.*" SILVANA CATIGNONE, *Legittimità, Legalità e Mutamento Costituzionale*, Milão, Dott. A. Giuffrè Editore, 1980, p. 55.

Em consequência, do mesmo modo, a *segurança jurídica*, o mais importante efeito eu se pode pretender de uma Constituição, tampouco resulta da observância de uma *vontade geral*, sacramentada e cristalizada formalmente na *lei*, mas se funda no acatamento da *vontade plural* de sociedades diversificadas e pluriclases, que se expressa sob inúmeras formas hábeis, para conformar, em sua totalidade, o *Direito*, como conceito mais amplo que uma coleção de leis, mesmo nela incluída a própria Carta Política que as coroa.

Por isso é que, em algumas Constituições contemporâneas, como é o caso emblemático da espanhola, de 1978, essa peculiaridade, indubitável *característica de uma democracia substantiva e pluralista*, vem expressamente afirmada em seu texto (art. 10.-1), assim como a enfática preeminência dos direitos fundamentais (art. 10.-2).

No Brasil, assolado por uma preocupante instabilidade constitucional⁴, o tema da *legitimidade* também tem sido suscitado, gerando ultimamente um sadio debate de Direito Político, denso, atual e, registre-se, até mesmo apartidário, em torno da *atualidade* e da *efetividade* da Constituição de 1988.

Assim, o tema da *legitimidade constitucional* se apresenta indissolivelmente vinculado ao da sua *modificabilidade*, o que, reconhecidamente, é “um fenômeno inelutável da vida jurídica, imposta pela tensão com a realidade constitucional e pela necessidade de efetividade que as tem de marcar.”⁵

Desse modo apresentado o tema, a digressão que se segue, com a pretensão de ser concisa e desataviada, começará por anotar alguns aspectos da evolução da tipologia constitucional, apontar a Carta política brasileira de 1988 como último modelo extremado de texto analítico dirigente e defender sua *flexibilidade* e sua *adaptabilidade* como pressupostos da *estabilidade constitucional*.

Para tanto, far-se-á um breve inventário das modalidades doutrinariamente disponíveis de *reformas constitucionais* — a *emenda*, a *revisão* e a *mutação jurisprudencial* — para, à guisa de conclusão, justificar o *reforço* daquelas já explícita e implicitamente previstas: respectivamente, a *emenda* e a *mutação* e a *institucionalização* de uma terceira, a *revisão periódica*, bem como o respectivo processo para realizá-la, como propostas de solução brasileira para institucionalizar entre nós a *legitimação permanente*.

2. Breves notas sobre a evolução da tipologia constitucional

A justificação desses avanços dogmáticos se recolhe da própria evolução do constitucionalismo, que parte de um estágio formal e juspositivista, despreocupado

4 Até o momento da apresentação deste trabalho, são 32 *Emendas Constitucionais*, às quais se somam 6 *Emendas Constitucionais de Revisão*, no total de 38, o que dá uma média aproximada de uma reforma a cada quatro meses de vigência da Constituição de 1988.

5 JORGE MIRANDA, Manual de Direito Constitucional, Coimbra Editora, 2000, Tomo II, 4ª edição, p.131.

com a *realidade* e, por isso, com a *efetividade* de suas normas, para alcançar hoje um momento de intensa elaboração científica e de prática jurisprudencial.⁶

São bem nítidas, embora esquematizadamente apresentadas, considerando a relatividade dos processos histórico-culturais, três distintas fases na evolução da tipologia constitucional: a do Estado liberal, a do Estado do bem-estar social e a do Estado contemporâneo (à falta de uma denominação consensual), cada uma delas com suas características formais, doutrinárias e materiais próprias.

Na fase do *Estado liberal*, a característica formal é o predomínio do texto sintético. A característica doutrinária está no considerar-se a Constituição como expressão instantânea de um *determinado momento criativo do poder político soberano* (seja o povo, nas democracias; o partido, nas oligarquias ou a vontade pessoal nas autocracias). A característica material, ou seja, de conteúdo, abrange a organização do Estado, a disciplina de suas relações com a sociedade e a outorga ou, na melhor das hipóteses, o reconhecimento de direitos individuais.

Quanto à sua evolução durante o período de vigência, este modelo demonstrou a necessidade de uma intensa atividade de interpretação constitucional para estabelecer-se historicamente, como é o caso exemplar da Constituição dos Estados Unidos da América.

Na fase do *Estado do bem-estar social*, a característica formal está na adoção de textos analíticos, uns mais outros menos extensos, devido à constante inserção de novos campos de regimento constitucional. O que ocorreu durante toda a vigência histórica do modelo. A característica doutrinária continua a ser, predominantemente, a consideração da Constituição apenas como uma expressão instantânea de um *determinado momento criativo do poder político soberano* a ser preservado e protegido do futuro por cláusulas de intangibilidade substantiva. A característica material, ou seja o seu conteúdo, continuaria a abranger a organização do Estado, a disciplina de suas relações com a sociedade e o reconhecimento de direitos individuais e sociais, acrescendo-se a existência de uma crescente programação constitucional econômica e social pouco voltada ao fomento e tendencialmente estatizante.

Quanto à sua evolução durante o período, observa-se que, este modelo levou, na linha dessa tendência, a uma progressiva hipertrofia estatal no curso do Século XX, não apenas para formular *programas*, como para transformá-los em *políticas públicas governamentais* específicas, o que levou, nos casos mais radicais, à adoção das ideologias oficiais de Estado e dos chamados modelos de Constituição dirigente.

6 Cf. LUÍS ROBERTO BARROSO, *Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro*, Revista de Direito Administrativo, V. 225, julho/setembro 2001, p. 33, em que se lê a seguinte síntese: “Do ponto de vista de sua elaboração científica e da prática jurisprudencial, duas mudanças de paradigma deram-lhe nova dimensão: a) o compromisso com a efetividade de suas normas, e b) o desenvolvimento de uma dogmática da interpretação constitucional.” Como se observa e adiante se desenvolverá, ambas vertentes levam à necessidade de assegurar mecanismos reformadores para a constante atualização da Constituição

Na fase do *Estado contemporâneo*, a característica formal dominante passa a ser o *texto aberto*, embora mantendo a fórmula analítica. Com isso, a característica doutrinária já parte do conceito de que, por ser aberta, a Constituição é um documento *in fieri* legitimatório do poder, o que a obriga, por isso, a estar necessariamente sintonizada com o povo e não, apenas com uma geração: portanto, *permanentemente em construção*.

Assim, se o povo é o *titular* do poder político soberano, poderá e deverá exercê-lo sempre e quando necessário for, contando com instrumentos legitimatórios flexíveis para reformar sua Constituição, desde que dentro de limites que garantam a sustentação da *democracia material*, ou seja, do regime em que em que se acolhe a vontade da maioria, mas sempre com absoluto respeito aos direitos fundamentais.

Finalmente, as características materiais do texto continuam a ser a organização do Estado, a disciplina de suas relações com a sociedade e o reconhecimento de direitos individuais, sociais e políticos de participação cidadã, limitadas todas, porém, por *cláusulas materiais irredutíveis* protetoras das minorias e, portanto, de seu caráter materialmente democrático.

3. A carta política brasileira de 1988 como último modelo extremado de texto analítico dirigente

É hoje indiscutível e também inegável o valor da constitucionalização operada em 1988, independentemente da aceitação do modelo então votado. Não obstante todos os seus defeitos, a Constituição atingiu o principal propósito de toda Carta política fundamental ao instituir no País um novo marco referencial seguro para a ordem jurídica e para a vida política do País, ou seja, reintroduziu a *segurança jurídica* a partir de um patamar normativo superior dotado de supremacia.

Remanesca, porém, outro grave problema a resolver, que seria sua *efetividade*, reclamada principalmente pela nova geração de publicistas, à luz dos novos e brilhantes conceitos, difundidos na doutrina constitucional democrática, da *normatividade dos princípios*.

É sob este aspecto que se revelou em *épura* toda a *precariedade teórica do modelo*, um fato que foi, desde logo amplamente reconhecido pelos próprios deputados constituintes, bem como pelos parlamentares das sucessivas legislaturas congressuais, pois que vêm procurando corrigi-la por via de inúmeras reformas pontuais, ainda hoje em curso e inesgotadas, estando em pauta inúmeros projetos de emenda importantes, como, apenas para mencionar alguns exemplos, os que visam a reformas importantes como a política, a judiciária e, especialmente a tributária.

Essa preocupação com o *aggiornamento* dessa tardia Carta do modelo do bem-estar social, para que possa efetivamente vir a servir a um Estado moderno e a um processo de desenvolvimento sustentado, fica sobrejamente constatada pela grande quantidade de *emendas constitucionais* que foram votadas nos seus breves treze anos de vigência, mormente depois de se ter frustrado o cumprimento da *vontade materal* do constituinte original, para que se procedesse, *efetivamente*, a uma revisão em

1993, o que afinal não se deu senão de modo *formal e simbólico*, o que torna certo, portnato, que todos esses esforços, embora realizados com grandes custos e atrasos, ainda longe estão de terem devolvido ao País as desejadas consistência, sistematicidade, legitimidade e, por isso, as necessárias efetividade e segurança constitucionais.

4. FLeXibilidade e adaptabilidade programáticas, como pressupostos da estabilidade constitucional

Cabe então a indagação retórica: porque uma Constituição contemporânea deve ser flexível? A resposta não pode ser unívoca, pois há que se partir de uma distinção, de um lado, entre *valores permanentes*, predominantemente pré-constitucionais e intrínsecos à natureza humana, como são os expressos nos *princípios fundamentais*, e, de outro, os *valores instrumentais*, próprios das organizações políticas.

Os *princípios fundamentais*, desde logo, não são flexibilizáveis nem revisíveis, até porque eles são, por definição, os próprios *fundamentos* não só do Estado como das sociedades humanas, conformando um corpo de *direitos fundamentais* que transcende as organizações políticas e as submete.

São, portanto, apenas os princípios e preceitos atinentes à *organização e ao funcionamento dos poderes públicos*, aqueles que podem e devem ser flexibilizados, pois nenhuma geração, por mais sábia e inspirada que seja, tem legitimidade histórica para impor indefinidamente sua visão de poder, de outra forma imperaria o que Miguel Reale denominou adequadamente de “totalitarismo normativo”.

Acresce que a História amplamente demonstra que a *instabilidade política* decorre muito mais da insegurança dos povos quanto à fiel observância dos princípios fundamentais, que são indisponíveis pelas Assembléias e suas eventuais maiorias, que das peculiaridades que possam apresentar quanto ao modo em que são organizados e exercidos os poderes políticos.

Mas também é a História que nos ensina que todos os sistemas rígidos e inflexíveis de poder político tendem a se desgastar e a serem substituídos, não raro pela força, de modo que até mesmo quanto ao modo de organizá-los e de dispor sobre seu funcionamento é prudente assegurar-se uma básica e permanente coerência biunívoca com aqueles princípios fundantes.

Por isso, por paradoxal que pareça ser, uma Constituição será tanto mais permanente quanto mais flexível for na *atribuição*, na *distribuição*, no *exercício* e no *controle do poder*.

5. Esboço de uma simples tipologia das reformas constitucionais

Os tipos de reformas constitucionais corretivas são simplificadamente três: a *reforma pontual*, que é a *emenda*; a *reforma sistêmica*, que é a *revisão*; e a *reforma interpretativa*, que é a *mutação*.

A reforma *pontual*, que se efetua pela *emenda*, é remédio excelente para a solução de uma carência ou de uma inadequação institucional específica. Não serve para grandes reformas, pois, neste caso, acaba comprometendo a coerência e sistematicidade, tão necessárias a um texto constitucional.

A reforma *sistêmica*, que se perfaz pela *revisão*, ao revés da anterior, se presta para introduzir reformas de maior amplitude, geralmente envolvendo mais de um instituto, garantindo, notadamente pela consolidação de todo o texto, a coerência e a simplicidade.

A reforma *interpretativa*, a que se realiza pela *mutação constitucional*, considerada esta figura da *interpretação evolutiva da Constituição* como uma “forma autônoma de revisão indireta” que decorre da “necessidade de reconhecer um papel ativo ao intérprete, ele próprio situado no ordenamento em transformação”.⁷

Sobre essa última modalidade ainda divergem os autores, dando-lhe até diferentes denominações, sendo que alguns ainda não a consideram propriamente uma via reformadora, mas um mero processo de adaptação. Não obstante, com o progresso observado da atuação das modernas *cortes constitucionais* em vários países do mundo, ela passou a ser considerada, mais que uma missão de guarda da vigência efetiva de um texto, uma *atividade de legitimação permanente* cometida à assim denominada comunidade de intérpretes constitucionais, o que implica, até mesmo, na consideração da existência de *mutações no próprio sentido das palavras*, pois, como no ensinamento de Wittgenstein, elas expressam um *conteúdo cultural valorativo* e, por isso mesmo, mutável, de modo que a partir da variação em seu entendimento é possível introduzir reformas.

6. *Porque aperfeiçoar os mecanismos existentes da emenda e da mutação jurisprudencial e institucionalizar uma revisão periódica*

Parece evidente que, admitido o conceito de *constitucionalização continuada*, como a melhor expressão da *democracia material*, ou seja, daquela que não se esgota no processo de *sufrágio de pessoas*, voltado à *escolha dos que os governarão*, mas prossegue nos processos de *sufrágio de idéias*, ou seja, da *escolha de como queremos que nos governem*, os três métodos convergem, cada um com suas características de emprego, para essa mesma importante finalidade.

O aperfeiçoamento do instituto da *Emenda* é desejável, limitando-lhe o escopo para evitar as extensas inclusões constitucionais que, não rara vez, comprometem-lhe a sistematização.

Do mesmo modo, o aperfeiçoamento da *mutação constitucional por via interpretativa* deve prosseguir, não só com o aprimoramento creditado à nova dogmática dos valores, como pela instituição de uma *Corte Constitucional* para realizá-la exclusiva e concentradamente, dedicada apenas à interpretação e guarda da Carta

7 JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, Coimbra Editora, Coimbra, 2000. 4ª ed., Tomo II. p. 139.

Magna, podendo, para isso, tornar-se órgão constitucionalmente independente, sem inclusão em nenhum dos três Poderes do Estado.⁸

Mas, além desses e como necessária modalidade, complementar às anteriores, desponta a *revisão*, como o caminho doutrinariamente mais inovativo e promissor, que vem sendo internacionalmente adotado como poderoso instrumento de realização do Estado Democrático de Direito.

Realmente, sob este aspecto, o Direito Comparado é bastante convincente no sentido de prestigiar a *revisão*, o que pode ser feito ao lado e sem prejuízo das demais modalidades de reforma, como se pode constatar no testemunho técnico dos constitucionalistas de todo o mundo, reunidos em Urbino, Itália, em 1997, profligando a recorrente insistência dos constituintes em vincular indiscriminadamente as gerações futuras às suas escolhas.⁹

Assentada, portanto, a conveniência de contar-se com o instrumento revisional, resta examinar a *periodicidade* com que se instituiria a abertura desse processo político, a *amplitude* com que poderiam atuar as assembléias revisionais e o seu *conteúdo*.

Novamente está-se diante de decisões que poderão ser demasiadamente amplas ou, ao revés, demasiadamente restritivas, mas que, em ambos os casos, devem ser evitadas.

7. Como institucionalizar a revisão periódica

Ora, um vez superada a discussão da *conveniência*, assomam ainda dois importantes problemas a serem enfrentados com extrema prudência, como o são a *periodicidade*, que é a discussão da *oportunidade*, e a *amplitude*, que é a discussão do *conteúdo* da *revisão constitucional*.

A esses, se acresce o problema da definição do *processo revisional*, em que outras questões, também de grande importância, devem ser dirimidas: a *natureza* e a *composição* da *assembléia constituinte revisora*.

Quanto à *oportunidade*, já se conta com um precedente, embora transitório, que é o *prazo de 5 anos*, estabelecido pelo legislador constituinte originário. Verificou-se, entretanto, que tal período não bastou, para consolidar nacionalmente uma *opinio necessitas* favorável à revisão, um fato que, sem dúvida, contribuiu para seu esvaziamento e para ter sido praticamente abortada e, assim, frustrado o comando do constituinte originário.

⁸ Na estrutura da Lei Fundamental da Alemanha, o *Tribunal Constitucional Federal* exerce jurisdição constitucional plena, exclusiva e inconfundível com a dos cinco Tribunais Federais instituídos: o Tribunal Federal (jurisdição ordinária), o Tribunal Administrativo Federal (jurisdição administrativa), o Tribunal Financeiro Federal (jurisdição financeira), o Tribunal Federal do Trabalho (jurisdição laboral) e o Tribunal Social Federal (jurisdição de seguridade social) — (Art. 95).

⁹ Cf. *I Procedimenti di Revisione Costituzionale nel Diritto Comparato*, obra coletiva, Milão, Edizione Scientifiche Italiane, 1999, contendo as Atas da Convenção Internacional sobre o tema, organizada pela Faculdade de Jurisprudência de Urbino, em 23 e 24 de abril de 1997.

Quiçá, um prazo dobrado, *de 10 anos*, ou seja, *uma revisão decenal*, venha a ser a solução mais adequada para o amadurecimento do instituto e para possibilitar uma boa preparação dos textos revistos, ainda porque, somente nos últimos anos, e independentemente de coloração política, se tem registrado uma forte tendência a adotar o instituto.

Quanto à *amplitude*, entre a *solução amplíssima*, em que só seriam respeitadas as chamadas cláusulas pétreas, e a *solução restritíssima*, em que se deveria obedecer também a indicações pontuais congressuais sobre o que seria objeto de reforma, existe a solução da chamadas *pautas revisionais*, nas quais seriam expressos *in genere* apenas *temas* ou os *aspectos amplos*, que seriam então o *conteúdo* da revisão a ser feita.

Para instituir-se adequadamente o instituto da revisão, haveria que se inserir, portanto, não só uma *emenda instituidora*, no corpo permanente da Carta, como uma *emenda transicional*, em seu corpo transitório, para fixar prazo e conteúdo da primeira revisão decenal a ser realizada.

Quanto ao *processo*, nenhum se afigura mais democrático e mais compatível com o princípio da participação política que a adoção de uma *assembleia constituinte revisora exclusiva*, ou seja, aquela eleita apenas para este fim revisional, a ser convocada de dez em dez anos, sem prejuízo do normal funcionamento, durante os seus trabalhos, dos Poderes constituídos, mas sem que com eles se confunda, não podendo ter os mesmos representantes.

Finalmente, ainda quanto ao *processo revisional decenal*, ou com outra periodicidade que se prefira, a emenda constitucional que o fixar deverá deixar perfeitamente demarcadas as regras fundamentais, que se corporificariam em uma *lei complementar* reguladora da *convocação das assembleias constituintes revisoras*; reguladora dos critérios de *fixação e de distribuição das cadeiras entre o povo*, titular do poder constituinte revisor, desconsiderando, portanto, as unidades federadas; reguladora do sistema de *representação proporcional por Listas partidárias*, para preenchimento dessas cadeiras; reguladora do *processo legislativo* básico a ser adotado e do processo de *fixação das pautas revisionais*, que deverá ser o mais amplo possível em termos de participação popular; e, sobretudo, reguladora dos *impedimentos* dos constituintes revisores para concorrerem a cargos eletivos, uma vez concluídos seus trabalhos, com o objetivo de assegurar sua imparcialidade e isenção.

8. Conclusão: A legitimação permanente

Em um mundo que evolui rapidamente e no qual novas formas políticas surgem a cada dia, notadamente na linha da “cooperação entre os povos para progresso da humanidade” (Constituição, art. 4^a, IX) e, mais especificamente, da “integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (Constituição, art. 4^o, parágrafo único), parece incoerente congelar programas e políticas públicas governamentais em textos constitucionais.

Ao contrário, a *flexibilização constitucional* desponta como o justo caminho para que seja possível fugir das camisas de força ideológicas e dirigentes, que foram impostas no passado e possivelmente ainda continuarão a sê-lo em muitos países, muito em razão de inevitável falibilidade humana e, quantas vezes, da arrogância dos que detém o poder, de modo a que nos seja possível, como povo livre, no exercício da democracia, *diversificar as soluções dos problemas*, no permanente *trial and error* da política partidária, mas sempre sem sacrifício do que é fundamental e por isso mesmo, insuscetível de qualquer valoração partidária, por ser imanente à condição humana e à sua dignidade transcendental.

Não é outra a visão que deve defluir do conceito de *Constituição aberta*, aquela em constante construção e permanentemente *legitimada*, e, é de se esperar, que isso se possa realizar, cada vez mais, com o emprego dos instrumentos que a tecnologia proporciona aos povos para que possam ser ouvidos e respeitados em suas necessidades, interesses e aspirações.